

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ESTADO DE GOIÁS

Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte¹

Núbia Aparecida Viana²

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no estado de Goiás passou por muitas transformações. Investigá-las é importante para compreender os processos de alteridade que a afetaram. Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir aspectos históricos referentes a EPT no estado de Goiás, dando destaque para o período de 1913 até 2008, tendo em vista suas finalidades e impactos na sociedade goiana. Para tanto, analisa-se brevemente o conceito de EPT e reflete-se sobre suas contribuições para o estado de Goiás. A metodologia de pesquisa adotada foi uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva. Os principais autores apresentados foram Cordão e Moraes (2017), Ramos (2014), Oliveira Júnior (2008), Marques, Rezende e Marques (2022).

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Perspectivas históricas da Educação. Estado de Goiás.

A BRIEF REFLECTION ON THE HISTORY OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT

Professional and Technological Education (EPT) in the state of Goiás has undergone many transformations. Investigating them is important to understand the otherness processes that affected it. Thus, the objective of this article is to discuss historical aspects related to EPT in the state of Goiás, highlighting the period from 1913 to 2008, in view of its purposes and impacts on Goiás society. Therefore, the concept of EPT is briefly analyzed and its contributions to the state of Goiás are reflected. The research methodology adopted was a bibliographic review, of a qualitative and descriptive nature. The main authors presented were

¹ Cineasta. Pós-doutor em Comunicação pela UERJ. Doutor em Educação pela UERJ. Mestre em Educação pela UNESA. Graduação em Pedagogia pela Alfamérica. Graduação em Comunicação Social - Cinema pela UFF.

² Mestranda no Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria.

Cordão and Moraes (2017), Ramos (2014), Oliveira Júnior (2008), Marques, Rezende and Marques (2022).

Key-words: Professional and Technological Education. Historical perspectives of Education. Goias State.

INTRODUÇÃO

A educação é o pilar em uma sociedade, cria espaços, abre horizontes e contribui como um fator de desenvolvimento local, incorporando valor social e econômico à sociedade. Para tanto é preciso que os atores sociais estejam trabalhando em colaboração para alcançar as metas de desenvolvimento, não só econômico, mas também social, cultural e político. Dessa forma, o estudante se sentirá mais preparado para os desafios do mundo do trabalho atual, que está cada vez mais exigente. Logo, compreende-se a importância de lutar por uma educação equitativa para todos, e assim trabalhar para minimizar as desigualdades sociais e econômicas de uma determinada região.

Na perspectiva de Libâneo (2008), a educação é um elemento essencial que perpassa todas as relações sociais existentes na sociedade. As constantes estratificações vivenciadas na contemporaneidade representam interesses antagônicos entre a elite dominante e a classe trabalhadora. E a escola como espaço de formação humana, precisa fomentar uma educação crítica e emancipatória. Dessa forma, é importante refletir sobre a finalidade da educação e quais meios ela está servindo, compreendendo e defendendo sua autonomia frente a subordinação de um sistema educacional tradicional, e que priva os sujeitos de abordagens de ensino mais inovadoras.

Essa discussão iniciada por Libâneo (2008) coaduna-se com a ideia de Manfredi (2002) ao mencionar que historicamente a sociedade está dividida em classes sociais e a educação está assentada sob essa dualidade histórica. Partindo dessa perspectiva, a elite dominante consegue exercer o poder para subalternizar a classe trabalhadora aos seus próprios interesses, utilizando o

ensino meramente técnico para formar. Contudo, isso precisa ser cotidianamente superado para se promover uma educação voltada para a transformação social e o desenvolvimento local de um território geográfico.

Neste sentido, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se torna uma alternativa de transformação. É importante destacar que a mesma evoluiu ao longo da história da educação brasileira para se tornar o que é hoje. Essa modalidade educacional, no estado de Goiás, sempre esteve conectada ao cenário nacional e aos acontecimentos que a influenciaram. Desta, forma, convém destacar que a Educação Profissional (EP) no Brasil teve início no período colonial com o ensino de trabalhos manuais; o papel dos jesuítas nesse cenário, que também foram expulsos por Marquês de Pombal, em 1759; a aprovação da lei de 15 de outubro de 1837, por D. Pedro I, que instituía a criação de escolas de primeiras letras em todos os cantos do império; a criação do Colégio Imperial Colégio Pedro II, que no futuro se dedicou a EP (CORDÃO, MORAES, 2017).

O primeiro passo governamental para a EP se deu pelo decreto do então Príncipe Regente, D. João VI, em 1808, com a criação do Colégio das Fábricas de acordo com o Parecer conjunto do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), (BRASIL, 1999, p. 277). Contudo, o marco fundamental na trajetória da EP no Brasil, como política pública, foi de fato o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) instituídas pelo Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 que definia a obrigatoriedade da EP em todas as escolas primárias mantidas pela União.

A preocupação com a formação de trabalhadores para o exercício de profissões surgiu no século XX quando o presidente Nilo Peçanha cria, em 1909, as EAA, destinadas aos “pobres e humildes”, instalando 19 delas em diferentes unidades da federação (RAMOS, 2014, p. 25). Essas escolas possuíam um compromisso mais direcionado para a inclusão social de jovens carentes do que propriamente para a formação de trabalhadores qualificados.

De acordo com Oliveira Junior (2008), essas escolas foram instituídas para oferecer educação profissional gratuita voltada a qualificar profissionais que saibam produzir de acordo com as necessidades produtivas de cada região do país, pois cada localidade tem uma demanda de trabalho que precisa ser suprida para que o desenvolvimento local aconteça. Em síntese, pode-se afirmar que essa é a função primária da Educação Profissional quando foi criada, contudo não é somente para isso, haja vista que cada vez mais tem havido investimentos para se melhorar a qualidade da educação oferecida.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de se conhecer a história no contexto local, e assim pensar políticas públicas que melhorem a educação oferecida para os cidadãos goianienses. Um outro aspecto também é destacar sua importância para o desenvolvimento regional, considerando que a educação é um fator de desenvolvimento, e a mesma prepara indivíduos para o mundo do trabalho, a partir das características específicas do arranjo produtivo local também oferece uma formação humana e emancipadora para a vida em sociedade.

A partir dessa breve contextualização no âmbito nacional, o objetivo geral deste artigo, é discutir aspectos históricos referentes a EPT no estado de Goiás, dando destaque para o período de 1913 até 2008 e sua finalidade e impactos na sociedade goiana. E tem como objetivos específicos: analisar brevemente o conceito de EPT, e refletir sobre suas contribuições para o estado de Goiás.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste artigo foi uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva. Foram utilizados autores clássicos e contemporâneos que escrevem sobre EP. A abordagem de análise foi qualitativa e considerou a descrição dos acontecimentos históricos e como contribuíram para a formação dos estudantes e desenvolvimento do contexto regional.

ANÁLISES CONCEITUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TECNOLÓGICA

Antes de discutir os aspectos históricos, sociais e políticos sobre da EPT no Estado de Goiás, é necessário refletir sobre algumas questões conceituais relacionadas à EPT, para se compreender melhor a respeito do tema. E assim discutir as possibilidades de transformação social e econômico para um determinado território geográfico.

Segundo Marques, Rezende e Marques (2022), a EPT é uma modalidade educacional que vai muito além de atividades educacionais fragmentadas realizadas em sala de aula para promover o conhecimento de determinadas habilidades técnicas para uma profissão a ser exercida no mercado de trabalho. O foco dessa pedagogia não é simbolizado pela luta entre o trabalho da máquina *versus* o que o homem pode produzir. Pelo contrário, na perspectiva desses autores é importante investir na formação omnilateral na EPT, com o objetivo de promover processos de renovação de ideias, reinvenção de modelos de trabalho exploratórios e a libertação do homem daquilo que o prende da sua capacidade criativa.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a EPT está alinhada a um modelo de transformação social e crítica, considerando a diversidade cultural do público atendido e seus múltiplos espaços de aprendizagem. Esses pressupostos teóricos iniciais são a base da construção de uma EPT pautada na ética e na estética humana que atravessa a história dos sujeitos sociais que a integram e devem ser trabalhados de maneira contínua na prática pedagógica do professor desta área e todos os sujeitos que compõem essa modalidade educacional (MARQUES, REZENDE, MARQUES, 2022).

Em síntese, pode-se afirmar que o propósito de obtenção teórica e/ou prática de conhecimentos, habilidades e atitudes demandados para a atuação dos ofícios próprios de uma profissão. A EPT pode ser integrada com as diferentes áreas e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, levando o indivíduo ao constante desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e para a vida próspera no mercado de trabalho e também para a constituição da sua própria cidadania.

A partir desta concepção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, posiciona a educação profissional e tecnológica na conformidade de dois dos direitos cruciais do cidadão: o direito à educação e ao trabalho. Isso a posiciona em uma colocação de destaque, segundo estabelece o Art. 227 da Constituição Federal, ao inserir o direito a “educação” e a “profissionalização” como direitos que devem ser assegurados com prioridade (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, a EPT, se configura pelo ensino de aptidões técnicas diferenciadas para a formação e desempenho profissional. Desse modo, pode colaborar consideravelmente para o desenvolvimento cultural, social e econômico do País. O objetivo principal da ETP é a preparação para o trabalho, viabilizando ao ser humano a construção da sua existência, não só com a óptica em enfoques econômicos, mas também sociais e culturais (IFSC, 2020). Nessa mesma concepção, conforme Barato (2004), a técnica caracteriza outra forma de saber, o saber-fazer, isto é, um conhecimento que tem maior visão nos métodos do que nas explicações e que se mostra estruturado pela tecnologia.

A partir daí, compreende-se que o trabalho é uma técnica na qual o homem, por sua ação pessoal, intervém e domina seu metabolismo com o ambiente natural, transformando a natureza para garantir sua própria sobrevivência biológica e intelectual, e “ao atuar, por meio deste movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza” (ANTUNES, 2013, p.32).

O ser humano se identifica pelo trabalho, pois sua essência é um feito humano. O trabalho é um processo histórico que se desenvolve, se investiga e se complexifica com o passar do tempo. Para Saviani (2007), o homem, ao se identificar humano pelo trabalho, desenvolve-se em sentido amplo e, na processualidade histórica e na essência das relações sociais de produção capitalista, de forma oposta e sempre em competição, gera espaços próprios de produção e estruturação de saberes científicos que se aliam à produção e reprodução da “vida”.

Saviani (2007) salienta nessa percepção de processualidade histórica que o momento de unicidade entre trabalho e educação, a exigência, sob as ligações sociais capitalistas de produção, da sua divisão e as condições discrepantes desse sistema, que no presente importunam, sob outros padrões, onde reflete novamente a unidade entre trabalho e educação.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM GOIÁS

A trajetória da EPT em Goiás está ligada às ações que foram realizadas no âmbito nacional. Inicialmente, destaca-se a importância das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA) subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, instituída pela Lei Nilo Peçanha. No estado de Goiás, a EPT teve as seguintes características, segundo Silva (2020) apud Mota (2019); Pires (2014): a) o início foi em 1910, na antiga capital do Estado, Vila Boa, atual Cidade de Goiás, com os cursos de alfaiataria, selaria, ferraria, sapataria e marcenaria que se ajustavam às necessidades reais vividas naqueles tempos de exploração do ouro na província de Goiás; b) o público alvo era os filhos da classe operária pretendia-se, ao mesmo tempo, disciplinar os filhos da classe operária, vistos como potencialmente perigosos à ordem social no intuito de regulá-los para o exercício de uma profissão.

Procurando capacitar os goianos “desfavorecidos da fortuna”³, a EAA de Goiás deu início a suas atividades somente em 1913. Constituiu-se em uma escola de tempo integral, sendo o período matutino destinado à formação geral, por meio das disciplinas de Matemática, Português, História, Geografia e Ciências, enquanto o período vespertino era reservado às aulas práticas nas oficinas (MACHADO; PIRES; BARBOSA, 2015).

A EAA de Goiás foi marcada pela dualidade da educação profissional como intuito social da promoção do assistencialismo, sendo pensada como alternativa ao problema da ociosidade dos desvalidos da sorte, e, por outro lado,

³ Termo que considero pejorativo para designar pessoas pobres ou trabalhadoras.

estimular a economia local, suprindo o mercado com mão de obra qualificada necessária para aquela época histórica (MOTA, 2019).

Nesse mesmo sentido Pires (2014), ressalta que a EAA de Goiás emergiu dentro de ideais racionalistas objetivando “conter os filhos das classes pobres, considerados como portadores de uma conduta irracional (PIRES, 2014, p. 54)” além de, concomitantemente, prepará-los para o exercício de uma profissão, instruí-los assim como, exigir novos costumes. De certa maneira, pode afirmar que as EAA foram utilizadas como ferramenta de controle da classe trabalhadora e manutenção do *status quo* de uma elite dominante e histórica.

Segundo Polonial (2012) a sociedade goiana da década de 1930 era marcada pelas disputas políticas das oligarquias locais, não existindo uma sociedade urbana e industrial que retratasse com autenticidade as classes burguesa e operária. Todavia, com a proclamada “Marcha para o Oeste” e a habitação dos “espaços vazios do país” de Getúlio Vargas, houve a tentativa de modernização do estado de Goiás, cujo marco histórico concretizou-se na transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, transformando-se em símbolo inovador na superação da economia.

De acordo com Amparo (2014

Importa ressaltar a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, e a constituição pelo presidente Juscelino Kubitschek do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, coordenado pelo economista Celso Furtado, do qual resultou um marco da política regional, que foi o seminal relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. A ação de Governo, no entanto, mais relevante do período foi a Marcha para o Oeste, lançada por Getúlio Vargas, ao final da década de 1940, com o objetivo de desconcentrar a população que à época se achava fortemente localizada na região litorânea, e induzir atividades econômicas nas regiões Centro-Oeste e Norte, então esparsamente povoadas (AMPARO, 2014, p. 182).

Esse sistema esteve amparado por uma ótica desenvolvimentista a qual planejava inserir Goiás no mercado nacional brasileiro, foi guiado por Pedro Ludovico Teixeira, interventor do estado, o qual não se apresentava satisfeito

com o ensino profissional desenvolvido pela EAA da Cidade de Goiás, pois segundo ele a instituição não oferecia o ensino técnico-profissional com seriedade. Essa insatisfação ocorreu devido à natureza assistencialista do ensino ofertado pela instituição, constituindo-se em um obstáculo para o crescimento e ampliação da formação profissional em Goiás (PIRES, 2014).

Logo após a transferência da capital, o interventor Pedro Ludovico Teixeira propõe a construção de uma nova escola profissional na recém-inaugurada capital goiana que retratasse seu empenho em tornar a região mais moderna, pois havia uma necessidade emergente de tornar o estado industrializado e de formação de operários qualificados. Para o interventor goiano a educação significava progresso, assim como crescimento social e preconizava para o povo goiano, um ensino profissional hábil que formasse obreiros e técnicos, garantindo-lhes os atributos e habilidades reivindicada pelo novo modelo da economia em vigência (PIRES, 2014).

De acordo com Tavares (2012)

[...] mesmo com a Proclamação da Independência em 1822 e a outorga da Constituição de 1824 – que traz no seu escopo a necessidade de estabelecer legislação específica para a instrução pública, com base nos ideais liberais da Revolução Francesa –, o Brasil não avançou no estabelecimento da educação profissional. Manteve-se a separação das ocupações para os pobres e desvalidos e a instrução para a elite. Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei n.º 378 que transformava as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Eram instituições não estatais, que incorporaram o 2º grau da instrução pública brasileira e que proibiam as matrículas dos escravos (TAVARES, 2012).

A transferência da EAA para Goiânia, nova capital do estado de Goiás, foi concretizada no ano de 1942. E conforme Sá (2014), a instituição foi instalada em um prédio moderno, localizado na região central da recém capital goiana, e através do Decreto-Lei 4.127, a qual passou a se chamar Escola Técnica de Goiânia (IFG, 2016).

A Escola Técnica de Goiânia, passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) em 1965, com a Lei nº 4.759, de 20 de agosto. Nessa época, o ensino ETFG estava estruturado em quatro categorias: ginásio industrial, colégio técnico industrial, aprendizagem industrial, cursos técnicos na área industrial e cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial (IFG, 2016)

Outra mudança acontece em 22 de março de 1999, por meio de Decreto sem número, a ETFG passa a ser denominada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), atuando, não só no ensino técnico, mas também na graduação, em especial, na oferta de cursos tecnológicos. (IFG, 2016).

De acordo com Silva (2009, p. 36): “Neste sentido, pode-se afirmar que os institutos devem estar unificados em determinado território geográfico que constitui a soma de municípios que compõem as mesorregiões com instalações físicas dessas instituições”. Na compreensão da autora é necessário compreender que a ideia de território está articulada aos saberes sociais e culturais construídos ao longo do tempo, em um determinado espaço e tempo. Geralmente, isso acontece por meio da interação entre os sujeitos sociais, e das suas relações em um dado momento histórico e político. Convém, destacar que o conceito de território é dinâmico se modifica conforme a rede de relações sociais que está em constante movimento. Neste mesmo território é possível propor alternativas de desenvolvimento local e regional, tendo como princípio fundamente a sustentabilidade, nos Institutos Federais.

Em 29 de dezembro de 2008, surge uma das políticas públicas mais abrangentes direcionadas para a EPT com a publicação da Lei nº 11.892, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o país, entre esses, o Instituto Federal de Goiás (IFG), que se originou dos CEFETS e que, hoje, possui 14 campus distribuídos em Goiânia e no interior do Estado. Entre esses, o maior e mais antigo é o Campus Goiânia. Com essa mesma lei foi criado também o Instituto Federal Goiano (IF-Goiano), o qual teve

origem nas antigas Escolas Técnicas Agrícolas, possui uma reitoria na capital do Estado e tem mais 12 campus no interior (IFG, 2016).

Mendes (2019) compreende que o momento atual da EPT tem como finalidade a formação de profissionais em uma perspectiva mais ampla, integrando a politécnica, os saberes científicos, tecnológicos e culturais, tendo como premissa fundante a ideia do trabalho como princípio educativo. Dessa forma, é preciso promover uma educação voltada para a transformação da realidade existente, considerando uma proposta pedagógica, mas também uma utopia de transformação da própria realidade capitalista, tão repleta de contradições e mazelas sociais.

Em síntese, a criação dos Institutos Federais de Educação, fazem parte de um importante avanço para as políticas públicas educacionais, em uma perspectiva abrangente, integral e emancipadora, considerando a diversidade do público atendido por essas instituições. Contudo, é preciso vencer as dualidades estruturais que teimam em dificuldade a construção efetiva de um modelo de ensino da EPT, baseada na formação omnilateral, humana e crítica, que coaduna muito mais do que saberes técnicos para aqueles que nele ingressam (MENDES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões empreendidas neste artigo, pode-se concluir que a EPT no estado de Goiás, vai ao encontro da EPT no Brasil como um todo, tem como objetivo preparar os estudantes para o mercado de trabalho, através da formação profissional e tecnológica, e também comprometida com a transformação e emancipação, expressada no trabalho realizado pelos Institutos Federais, ao longo da história. A EPT é uma modalidade de ensino que se preocupa em atender às demandas do mercado, oferecendo cursos que possibilitam aos estudantes o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos práticos necessários para o exercício de profissões específicas.

A EPT no Estado de Goiás conta com uma ampla oferta de cursos nas áreas da saúde, mecânica, informática, eletrônica, construção civil, entre outras, preparando os estudantes para atuar em diferentes setores da economia. Além disso, a EPT também promove a inclusão social e a geração de emprego e renda para a população goiana. Em resumo, a EPT é uma modalidade de ensino essencial para o desenvolvimento econômico e social do Estado, preparando os estudantes para o mercado de trabalho e promovendo a inclusão social.

No início de sua história foi utilizada como instrumento de controle da classe trabalhadora, contudo passou por diversas transformações ao longo de sua história. As tensões continuam, para a promoção de um currículo crítico e reflexivo, que articule conhecimentos técnicos, com saberes culturais, sociais e políticos.

REFERÊNCIAS

AMPARO, P. Os desafios a uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 175-192, jan./jun. 2014.

ANTUNES, R. *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

CORDÃO, F.; MORAES, F. *Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Apresentação. 03 fev. 2016. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/apresentacao-a-instituicao#>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). Curso Pós Docência. Tópico 4 - Epistemologia da Educação Profissional e Conceitos Fundamentais da EP, 2020.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5.ed.revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

MACHADO, F.; PIRES, L.; BARBOSA, W. Entre artífices, técnicos e industriários: trajetórias de ensino e de trabalho no IFG (1930-1990). In: BARBOSA, W.;

PARANHOS, Murilo F.; LÔBO, S. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o IFG no tempo: conduzindo uma recuperação histórica até os anos 1990. Goiânia: Editora IFG, 2015, p. 13-44.

MANFREDI, M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, D. D. R. ; REZENDE , M. C. .; MARQUES , W. Atuação docente com ética e estética como fundamento da educação profissional e tecnológica: a EPT à luz dos conceitos freireanos. Revista Foco, 2022.

MENDES, Gustavo Oliveira. História e memórias dos pioneiros da educação profissional em Goiás: narrativas da constituição do instituto federal goiano. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2019.

MOTA, Karla Rodrigues. A “TRAVESSIA”: a formação omnilateral no curso técnico integrado do instituto federal de educação, ciência e tecnologia. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Anápolis-GO, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar de. A formação do professor para Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tensões. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, SP, 2008. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/127/1/Waldemar%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

POLONIAL, Juscelino. Terra do Anhanguera: história de Goiás. 2ed. Goiânia: Kelps, 2012. 41 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

PIRES, Mauro Alves. Imagens Institucionais da Modernidade: a educação profissional em goiás (1910-1964). 2014. 159 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2014. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4578>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SÁ, Helvético Goulart Malta de. A transferência da escola de aprendizes e artífices da cidade de goiás para a nova capital: contribuições para a construção

da memória do IFG. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Educação, 2014.

SAVIANI, Dermeval. A relação trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.* 2007; 12(34):152-80 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2022.

SILVA, C. J. R. (org.). *Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Natal, RN: IFRN, 2009.

TAVARES, Moacir Gubert. *Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil*. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. Anais... (IX ANPED SUL, p. 1-21). Caxias do Sul, RS, 2012.